

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº
(Da Senhora Perpétua Almeida)

de, 2020.

Apresentação: 08/07/2020 12:49 - Mesa

RIC n.773/2020

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, relativas as denúncias de irregularidades no recebimento do auxílio emergencial por cidadãos que não cumprem os critérios estabelecidos pelo programa.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, o seguinte pedido de informações sobre o relatório apresentado pelo TCU informando que mais de 620 mil indivíduos receberam auxílio emergencial sem cumprir os requisitos legais.

No início do mês o início de junho, a Controladoria Geral da União detalhou que, entre as irregularidades já identificadas, estão 74,7 mil CPFs cadastrados que têm empresa aberta com mais de cinco funcionários; 86,6 mil que possuem veículos de valor superior a R\$ 60 mil; 21,8 mil que são donos de embarcações de alto valor; e 22,9 mil que têm domicílio fiscal fora do país.

Documento eletrônico assinado por Perpétua Almeida (PCdoB/AC), através do ponto SDR_56058, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Diante deste relatório, solicitamos:

- Que ações estão sendo tomadas por este ministério que busquem minimizar os impactos dos repasses indevidos?
- Que medidas serão tomadas com relação aos fraudadores, considerando que os repasses indevidos se constituem em fraude?
- O Ministério tem algum plano de ação para evitar as futuras fraudes?
- A suspensão ocorrida nos pagamentos é referente exclusivamente as fraudes ou existem outras condicionantes para a suspensão do pagamento?

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento de todos que o benefício é destinado apenas para quem está enfrentando dificuldades financeiras durante a pandemia, mas o relatório mostra que até milionários receberam. E Mais, de acordo com o relatório, 235.572 empresários, que não são microempreendedores individuais, receberam o benefício irregularmente. Também foram pagos 15.850 auxílios para pessoas com renda acima do limite estabelecido pelo programa. E ainda, segundo o TCU, 17.084 mortos sacaram o dinheiro e há fortes indícios de que 7.046 beneficiários estejam presos e, portanto, não teriam direito ao benefício.



Diante do Exposto, solicitamos as medidas adotadas para identificar as irregularidades e identificar os responsáveis pela fraude nas informações.

Sala das Sessões, de de 2019.

PERPÉTUA ALMEIDA
Deputada Federal PCdoB – AC

